



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Reunião do Conselho Consultivo do Tribunal Judicial da Comarca do Porto

ACTA

DATA: 21 de Março de 2018, pelas 14: 30 horas

LOCAL: Rua de Camões, n.º 155, 4049-074 Porto (instalações do D.I.A.P. do Porto e 1.ª Secção de Instância Central de Instrução Criminal do Porto)

*

Membros do Conselho Consultivo:

- **Juiz Presidente da Comarca do Porto:** Dr. José António Rodrigues da Cunha
- **Procurador-Geral Adjunto Coordenador:** Dr. António Augusto Manso
- **Administrador Judiciário:** Dr. José Aurélio Cabido
- **Representante dos Juizes da Comarca:** Dr. Pedro Miguel Freitas Sotto Maior e Menezes
- **Representante dos Magistrados do Ministério Público da Comarca:** Dr. João G. A. de Simas Santos
- **Representante da Ordem dos Advogados:** Dra. Elisabete Grangeia
- **Representante da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução:** Dra. Alexandra Ferreira
- **Representante dos Oficiais de Justiça:** Escrivão de Direito António Licínio Marques Cabral
- **Representantes dos Municípios integrados da Comarca do Porto:**
 - Dr. Luís Filipe Castro de Araújo (Vice-Presidente da Câmara Municipal de Gondomar)
 - Dr. Joaquim Couto (Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso)
- **Representante da Associação Empresarial de Portugal:** Dra. Olga Tavares
- **Representante do Conselho de Reitores:** Prof. Dr. Miguel Pestana Vasconcelos
- **Representante dos Consumidores – D.E.C.O.:** Dr. Miguel Dias Gomes
- **Gabinete de Apoio ao Juiz Presidente da Comarca:** Dra. Ana Maria Mota Pinto

*

AUSENTES:

Sr. Dr. Joaquim Couto, tendo comparecido em sua substituição o Sr. Vereador Dr. José Pedro Machado;



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Sr. Prof. Dr. Miguel Pestana Vasconcelos, tendo comparecido em sua substituição o Sr. Prof. Dr. Tiago Azevedo Ramalho;

Sr. Dr. Luís Filipe Castro de Araújo, o qual comunicou a sua impossibilidade em comparecer;

Sr. Dr. Miguel Dias Gomes, o qual comunicou a sua impossibilidade em comparecer.

*

APRESENTAÇÃO:

Apresenta-se, em seguida, a competente acta onde se discriminam, por sùmula, os assuntos submetidos à mesma.

*

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1 – Estado da situação do Edifício de S. João Novo;
- 2 – Outros assuntos de interesse para a Comarca;
- 3 – Evento “Estados Gerais da Comarca”.

*

Iniciada a reunião, pelas 14:45 horas, pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foram dadas as boas vindas a todos os presentes.

*

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi comunicado que o Ministério da Justiça informou que vai realizar as obras no edifício de S. João Novo, no valor de 2.700.000,00 €, com a duração aproximada de um ano, a executar entre as 16:30 às 22:00 horas, com montagem de estruturas pré-fabricadas, no parque de estacionamento, a fim de serem realojados os serviços que funcionam na área a ser intervencionada, aguardando-se, pois, o início das referidas obras, após o período de adjudicação das mesmas, que se prevê longo.

Mais referiu que o Conselho de Gestão da Comarca vê com reservas a solução apresentada.

Todavia, considerando o estado do edifício que envolve perigo para quem lá trabalha, dada a gravidade da situação, entende que as obras devem ser realizadas, muito embora existam outras e melhores soluções, como seja a ocupação dos edifícios públicos sugeridos capazes de albergar temporariamente os serviços em questão, alguns dos quais devolutos.



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Handwritten signatures and initials in black and blue ink at the top right of the page.

Mais informou que foi enviada uma missiva para o I.G.F.E.J., alertando que serão da responsabilidade do Ministério da Justiça os adiamentos das diligências, as deficiências nas gravações das diligências, os problemas de segurança e os atrasos na realização da justiça que decorram das obras em causa.

Pelo ilustre Representante dos Juizes da Comarca foi comunicada a intenção dos juizes militares em contactarem os organismos competentes para eventuais alternativas.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi mencionado um edifício na Rua da Restauração, nesta cidade, o qual daria para instalar os serviços do D.I.A.P. e do Juízo de Instrução Criminal do Porto, sem os custos que ora acarretam, edifício esse que foi alienado pelo Estado depois de ter sido sugerido que fosse afeto ao serviço da Comarca.

Pelo ilustre Representante dos Magistrados do Ministério Público foi proposto, uma vez que não foi obtida qualquer resposta aos ofícios remetidos à Sra. Secretária de Estado e da Justiça, que deveria este Conselho Consultivo, nos termos do art. 169º do C.P.A., solicitar a resposta formal aos mesmos.

Pelo ilustre Representante dos Juizes da Comarca foi dito concordar com o proposto, não obstante considerar necessária uma tomada de posição de força com vista à obtenção de respostas.

Pela ilustre Representante da Ordem dos Advogados foi dito subscrever a posição do ilustre Representante dos Magistrados do Ministério Público, observando que a decisão pela realização de obras só ocorreu após a emissão das entrevistas aos membros do Conselho de Gestão da Comarca. Mais alertou para as repercussões que existirão na transferência dos serviços de S. João Novo para pré-fabricados, nomeadamente atrasos nas audiências, problemas nas gravações dos julgamentos, sendo, na sua perspectiva, um dever do Ministério da Justiça antever todas as consequências que advirão de tal solução.

Consigna-se que, neste momento, compareceu o Sr. Vereador Dr. José Pedro Machado, tendo sido feita uma súmula pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente do assunto debatido nesta reunião até ao momento presente.



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Handwritten signatures and initials in blue and green ink, including a large signature and the initials 'M. A. S. R.' in green.

Pelo Exmo. Sr. Administrador Judiciário foi dito que o horário de funcionamento dos seguranças de S. João Novo termina pelas 19:30 horas.

Mais referiu que antevê com dificuldade a convivência de uma obra daquela envergadura com as exigências diárias daquele tribunal, nomeadamente a população que a ele acorre, funcionários, magistrados e audiências.

Pelo ilustre Representante do Município de Santo Tirso foi dito congratular-se pelo início das obras no edifício de S. João Novo, ainda que não seja a melhor solução, dados os constrangimentos que acarreta.

Mais insistiu no reforço do entendimento com a Câmara Municipal do Porto, com vista a encontrar possíveis soluções para a matéria em causa.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi relatada a reunião, ocorrida na semana anterior, na Câmara Municipal do Porto, com a presença da Sra. Vereadora do Pelouro dos Transportes em representação do Sr. Presidente, impossibilitando que fosse tratada a questão de instalação do Tribunal de S. João Novo nalgum edifício da esfera da Câmara Municipal do Porto.

Mais referiu que o Instituto da Segurança Social está a vender um edifício, em frente à Ponte do Infante, nesta cidade, o qual daria para albergar provisoriamente os serviços de S. João Novo.

Mais comunicou que o problema da mega sala de audiências pode estar em vias de concretização, uma vez que a Câmara Municipal de Matosinhos manifestou abertura para o efeito, cedendo um espaço, com boas acessibilidades e central em relação ao Porto e aos Estabelecimentos Prisionais, aguardando-se desenvolvimentos nesta matéria para os próximos meses.

Pela ilustre Representante da Ordem dos Advogados foi questionada a possibilidade da transferência de parte do Juízo de Família e Menores de Matosinhos para o município da Maia, por forma a resolver o problema de instalações em Matosinhos, bem como responder às necessidades sociais da Maia.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi dito ser, de momento, inviável tal resolução porquanto o Palácio da Justiça da Maia não comporta a instalação de mais nenhum Juízo, uma vez que se encontra a funcionar, provisoriamente, um desdobramento do Juízo de Comércio de Santo Tirso.



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

Mais referiu que se aguarda o desenvolvimento da questão da mega sala e, caso a solução seja aceite pelo Ministério da Justiça, serão solicitadas obras no Palácio da Justiça, com vista à transferência do Juízo de Família e Menores de Matosinhos.

De igual modo, comunicou a possibilidade de transferência do Tribunal de Execução de Penas do Porto para o Palácio da Justiça de Matosinhos, caso continuem a existir problemas relativos á falta de estacionamento de viaturas na Rua de João das Regras, no Porto.

Pelo ilustre Representante dos Juízes foi observado que existe uma falta de dignidade nas soluções apresentadas pelas entidades oficiais para os tribunais.

Pelo Exmo. Sr. Administrador Judiciário foi referido que a Comarca do Porto servindo uma população de mais de um milhão e trezentos mil cidadãos dispõe de menos funcionários, menos recursos e mais custos, comparativamente ao que se passa na Comarca de Lisboa, cuja população – alvo pouco ultrapassa o milhão de cidadãos, com as condições necessárias á prestação de um serviço de qualidade.

Consigna-se que, por unanimidade, foi votado o envio de notificação á Exma. Sra. Ministra da Justiça, nos termos do art. 169º do C.P.A., no sentido de dar resposta aos ofícios remetidos, solicitando informação em que circunstâncias saíram da esfera do Estado o Convento de Santa Clara, em Vila do Conde, e o edifício da Cadeia da Relação, no Porto, e quais os documentos que suportam essa transferência.

Pelo ilustre Representante dos Magistrados do Ministério Público foi questionada a situação do Juízo de Comércio de Vila Nova de Gaia.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi informado que se aguarda resposta do I.G.F.E.J. ao pedido de espaço físico necessário ao proposto aumento dos quadros do Juízo de Comércio de Vila Nova de Gaia, tendo em conta a positiva resolução de pendências que, actualmente, se verifica.



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a signature and the name 'H. J. Silva' written in green ink.

Pela ilustre Representante da Ordem dos Advogados foi dito que a Ordem dos Advogados não foi ouvida quanto à cedência do espaço afectado, em planta, a esta entidade para o alargamento do Juízo de Comércio.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi contraposto que, sendo insuficiente o espaço para os serviços próprios de um tribunal, não se compreender que este seja ocupado por outros serviços distintos do tribunal, ainda que do foro judiciário.

Pelo Exmo. Sr. Administrador Judiciário foi referido que a atribuição do espaço ao tribunal é da competência do Ministério da Justiça e não da administração da comarca.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi acrescentado que cabe á Gestão da Comarca distribuir o espaço dentro do tribunal.

Mais referiu que está a estudar o desdobramento do Juízo de Família e Menores de Gondomar para Valongo, dado existir espaço físico para tal, num princípio de proximidade da jurisdição com as populações.

Pela ilustre Representante da Ordem dos Advogados foi dito que foi feita a pré-reserva da sala 4, da Fundação Eng.º António de Almeida, para o evento “Estados Gerais da Comarca” de dia 28 de Junho do corrente ano, sendo necessária uma formalização da reserva, dirigida ao Exmo. Sr. Dr. Fernando Aguiar Branco.

Mais informou que a cedência do espaço será a título gracioso.

Consigna-se que, relativamente ao evento “Estados Gerais da Comarca”, os membros presentes decidiram:

- O Exmo. Sr. Bastonário da Ordem dos Advogados, Dr. Guilherme Figueiredo, será o orador em representação dessa entidade e o tema será “ O tempo e a comunicação na justiça”;
- O Exmo. Sr. Secretário Geral do S.F.J., Dr. António Marçal, será o orador em representação dos Oficiais de Justiça e o tema será oportunamente a definir;



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

- O Exmo. Sr. Dr. Paulo Moreira será o orador em representação da Associação Empresarial de Portugal e o tema será “Desregulação e auto-regulação como factor de incerteza na vida das empresas”;
- O Exmo. Sr. Vice-Presidente da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução, Dr. Armando A. Oliveira será o orador em representação dessa entidade e o tema será “A pendência nas execuções”;
- O Exmo. Sr. Prof. Dr. Miguel Pestana Vasconcelos será o orador em representação do Conselho de Reitores e o tema será “O processo legislativo e a não participação das universidades”;
- O evento será o dia todo, com início pelas 10:00 horas até às 17:30 horas;
- Convites endereçados ao Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça; à Senhora Procuradora Geral da Republica; ao Sr. Presidente do Tribunal da Relação do Porto; à Sra. Procuradora Distrital; aos Srs. Juízes Presidentes de todas as comarcas; ao Sr. Director Geral da Administração da Justiça; ao Conselho Consultivo do I.G.F.E.J.; ao Sr. Presidente do Conselho Regional da Ordem dos Advogados do Porto e respectivas delegações; ao Sr. Presidente do Conselho Deontológico da Ordem dos Advogados Dr. Francisco Veloso Ferreira; ao Sr. Reitor da Universidade do Porto; ao Sr. Presidente da D.E.C.O.; Sr. Bastonário e Presidente do Conselho Regional do Porto da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução; Sr. Presidente da Associação Empresarial de Portugal.
- Prazo de 8 dias para serem remetidos nomes de oradores e temas, com vista á elaboração do pré-programa;
- Almoço e coffee-break da responsabilidade dos municípios presentes;
- Elaboração do cartaz e convites com menção às entidades patrocinadoras.

*

Nada mais havendo a tratar, procedeu-se a um agendamento da próxima reunião, por acordo entre todos os membros presentes, designando-se o próximo **dia 19 de Abril de 2018, pelas 14:30 horas, na Rua de Camões, n.º 155, 4049-074 Porto (instalações do D.I.A.P. do Porto e 1.ª Secção de Instância Central de Instrução Criminal do Porto)**, a fim de ser discutida a estrutura da iniciativa “Estados Gerais da Comarca”.

*

Consigna-se que a presente reunião foi encerrada pelas 17:10 horas.
A presente acta vai ser devidamente assinada.



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Juiz Presidente da Comarca do Porto,



(Dr. José António Rodrigues da Cunha)

Procurador-Geral Adjunto Coordenador,



(Dr. António Augusto Manso)

Administrador Judiciário,



(Dr. José Aurélio Cabido)

Representante dos Juizes da Comarca,



(Dr. Pedro Miguel Freitas Soto Maior e Menezes)

Representante dos Magistrados do Ministério Público da Comarca,



(Dr. João Guerreiro Alves de Simas Santos)

Representante da Ordem dos Advogados,



(Dra. Elisabete Granjeira)



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Representante da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução,

(Dra. Alexandra Ferreira)

Representante dos Oficiais de Justiça,

(Escrivão de Direito António Licínio Marques Cabral)

Representante dos Municípios integrados da Comarca do Porto:

(Dr. José Pedro Machado)

Representante do Conselho de Reitores,

(Prof. Dr. Tiago Azevedo Ramalho)

Representante da Associação Empresarial de Portugal,

(Dra. Olga Tavares)

Gabinete de Apoio ao Juiz Presidente da Comarca,

(Dra. Ana Maria Mota Pinto)